



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO DE MATERIAL - NUMAT/SELOG/SR/PF/PE

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08400.008399/2025-32

1. DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objeto o registro de preços para fornecimento de materiais de consumo, materiais de manutenção predial, equipamentos e acessórios operacionais, destinados à SR/PF/PE e suas descentralizadas, conforme itens a seguir

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	SITUAÇÃO
1	Água mineral de 20 Litros para Recife-PE	445485	Garrafas de 20 litros	300	1.800	R\$ 7,09	R\$ 12.762,00	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
2	Água mineral de 20 Litros para Caruaru-PE	445485	Garrafas de 20 litros	100	800	R\$ 7,49	R\$ 5.992,00	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
3	Água mineral de 20 Litros para Salgueiro-PE	445485	Garrafas de 20 litros	100	800	R\$ 11,35	R\$ 9.080,00	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
4	Água mineral de 20 Litros para Fernando de Noronha-PE	445485	Garrafas de 20 litros	50	300	R\$ 53,74	R\$ 16.122,00	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
5	Açúcar	603269	Kg	200	800	R\$ 4,98	R\$ 3.984,00	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
6	Café em Grãos	463572	Kg	300	1.000	R\$ 95,57	R\$ 95.570,00	Ampla Concorrência
7	Café Torrado e Moído	606523	Pct 500g	100	500	R\$ 32,20	R\$ 16.100,00	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
8	Ração Royal Canin Low Fat	303629	Kg	50,5	303	R\$ 53,21	R\$ 16.122,63	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
9	Papel A4	461889	Resmas de 500 folhas	200	1000	R\$ 30,86	R\$ 30.860,00	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
10	Etiqueta (TAG) Metálica	621853	Unidades	100	5.000	R\$ 4,73	R\$ 23.650,00	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
11	Etiqueta (TAG) não Metálica	621853	Unidades	500	5.000	R\$ 1,26	R\$ 6.300,00	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
12	Refil Para Purificador de Água Lorenzetti	622740	Unidades	10	10	R\$ 47,62	R\$ 476,20	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
13	Refil Para Purificador de Água IBBL	458284	Unidades	20	100	R\$ 53,95	R\$ 5.395,00	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)

14	Refil Para Purificador de Água Top Life	473747	Unidades	15	40	R\$ 191,63	R\$ 7.665,20	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
15	Xícara de Porcelana Personalizada	278042	Unidades	50	450	R\$ 32,51	R\$ 14.629,50	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
16	Garrafa Térmica	219518	Unidades	50	450	R\$ 98,23	R\$ 44.203,50	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
17	Botom	618330	Unidades	500	500	R\$ 20,23	R\$ 10.115,00	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
18	Colchão	459445	Unidades	5	50	R\$ 470,41	R\$ 23.520,50	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
19	Cafeteira Elétrica	262123	Unidades	20	20	R\$ 172,58	R\$ 3.451,60	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
20	Sanduicheira	601739	Unidades	20	20	R\$ 148,59	R\$ 2.971,80	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
21	Controlador de Acesso com Reconhecimento Facial	609081	Unidades	15	15	R\$ 1.815,13	R\$ 27.226,95	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
22	Disjuntor Caixa Moldada	388977	Unidades	1	1	R\$ 14.309,86	R\$ 14.309,86	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
23	Interruptor Diferencial Residual (IDR)	410178	Unidades	10	10	R\$ 189,25	R\$ 1.892,50	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
24	CABO FLEXÍVEL ELÉTRICO BITOLA 2.5MM - Cor preta	483318	Metros	200	500	R\$ 1,71	R\$ 855,00	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
25	Cabo Flexível elétrico Bitola 16MM	613588	Metros	100	500	R\$ 13,59	R\$ 6.795,00	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
26	Cabo Flexível elétrico Bitola 25MM	451934	Metros	100	500	R\$ 26,22	R\$ 13.110,00	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
27	Cabo de Potência Flexível 120 mm²	404357	Metros	500	500	R\$ 125,29	R\$ 62.645,00	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
28	CABO LÓGICO UTP Cat6	468542	Caixas de 305 m	5	40	R\$ 1.121,27	R\$ 44.850,80	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
29	Exaustor Axial Industrial	438024	Unidades	20	20	R\$ 349,89	R\$ 6.997,80	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
30	Bateria Drone DJI Mavic 2	467605	Unidades	15	15	R\$ 2.451,41	R\$ 36.771,15	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
31	Bateria Mavic 3	467605	Unidades	20	20	R\$ 1.904,69	R\$ 38.093,80	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
32	Dual Gimbal	603542	Unidades	10	10	R\$ 3.149,00	R\$ 31.490,00	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)

33	Luz de alta potência GL60 PLUS	630646	Unidades	3	3	R\$ 20.433,89	R\$ 61.301,67	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
34	CZI-TH4 (Gancho de Arremesso)	606779	Unidades	6	6	R\$ 9.513,00	R\$ 57.078,00	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
35	Zenmuse L2 (Sensor LiDAR)	625224	Unidades	1	1	R\$ 135.970,07	R\$ 135.970,07	Ampla Concorrência
36	Carimbo 38 mm x 14 mm	433592	Unidades	5	50	R\$ 47,92	R\$ 2.396,00	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
37	Carimbo 57 mm x 21 mm		Unidades	5	20	R\$ 71,93	R\$ 1.438,60	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
38	Moedas Comemorativas	310510	Unidades	20	100	R\$ 76,50	R\$ 7.650,00	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
39	Placas de Reconhecimento	459836	Unidades	10	70	R\$ 156,76	R\$ 10.973,20	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
40	Placa de Inauguração		Unidades	1	5	R\$ 2.675,69	R\$ 13.378,45	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
41	Miniaturas de viatura com emblema da PF	620950	Unidades	20	100	R\$ 164,85	R\$ 16.485,00	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
42	Câmera de vigilância	609725	Unidades	5	50	R\$ 326,63	R\$ 16.331,50	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
43	Gás Refrigerante R410A – Cilindro 11,6 kg		Unidades	1	3	R\$ 1.286,91	R\$ 3.860,73	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
44	Lâmpada LED tubular G13		Unidades	20	100	R\$ 19,78	R\$ 1.978,00	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
45	Lâmpada LED Tubular T8 – 18W – G13 – 6.500K (Luz Fria)		Unidades	10	50	R\$ 18,58	R\$ 929,00	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
46	Refletor LED – 200W – Luz Branca – 6.500K – 220V		Unidades	5	20	R\$ 168,68	R\$ 3.373,60	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
47	Refletor LED – 300W – Luz Branca – 6.500K – 220V		Unidades	5	20	R\$ 205,82	R\$ 4.116,40	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
48	CABO FLEXÍVEL ELÉTRICO BITOLA 2.5MM - Cor Azul		Metros	200	500	R\$ 1,71	R\$ 855,00	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
49	CABO FLEXÍVEL ELÉTRICO BITOLA 2.5MM - Cor verde		Metros	200	500	R\$ 1,71	R\$ 855,00	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
50	cabo flexível 4mm cor preta		Metros	200	500	R\$ 3,81	R\$ 1.905,00	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)

51	cabo flexível 4mm cor azul		Metros	200	500	R\$ 3,81	R\$ 1.905,00	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
52	cabo flexível 4mm cor verde		Metros	200	500	R\$ 3,81	R\$ 1.905,00	Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)
TOTAL							R\$ 978.694,01	

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** podendo ser prorrogado, na forma da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. A eventual prorrogação da Ata de Registro de Preços deverá observar manifestação expressa e prévia da Equipe de Planejamento da Contratação quanto à possibilidade de renovação ou não dos quantitativos registrados, considerando a vantajosidade, a estimativa de consumo e a manutenção das condições originais, em conformidade com as orientações normativas aplicáveis.

1.6. O critério de julgamento será pelo o **MENOR PREÇO** por item.

1.7. Em caso de divergência entre as descrições dos itens deste Termo de Referência e do CATMAT do compras governamentais, prevalecerão as deste Termo e seus anexos.

1.8. A presente contratação observa o princípio da padronização, nos termos do art. 40, V, 'a', da Lei nº 14.133/2021, utilizando descrições padronizadas constantes do Catálogo de Materiais (CATMAT), do Catálogo Eletrônico de Padronização e das minutas da AGU, assegurando compatibilidade técnica, racionalidade e economicidade.

1.9. Os itens foram estruturados de modo a garantir o cumprimento do tratamento diferenciado previsto nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, assegurando a ampla participação de microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP). A maior parte dos itens, por apresentarem valor individual de até R\$ 80.000,00 e características compatíveis, será licitada de forma **exclusiva para ME/EPP**, nos termos do inciso I do art. 48 da referida Lei. Apenas os **itens 6 e 35** serão licitados sob o regime de **ampla concorrência**, em razão do valor estimado e da natureza do objeto, o que favorece a obtenção de propostas mais competitivas.

1.10. Nos termos do **inciso III do art. 49** da LC nº 123/2006, **não foram previstas cotas reservadas** para ME/EPP, tendo em vista que, no **item 6**, a divisão do quantitativo acarretaria perda de economia de escala, e, no **item 35**, a existência de apenas uma unidade torna o objeto indivisível, inviabilizando a reserva de parcela do fornecimento.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.11. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.12. O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual 2025**, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000017/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 15/05/2024;

III) Id do item no PCA: 4 e 8;

IV) Classe/Grupo: 5680 - MATERIAIS DIVERSOS PARA CONSTRUÇÃO; 7510 - ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO;

V) Identificador da Futura Contratação: 200398-14/2025, 200398-10/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. No entanto, segue a descrição detalhada por item:

3.2.1. ITEM 1 – Água Mineral para Recife

- **CATMAT:** 445485
- **Capacidade do garrafão:** 20 litros.
- **Material da embalagem:** PET, material polietileno, policarbonato, polipropileno ou outro material aceitável para contato com alimentos e bebidas em conformidade às exigências da Portaria DNPM nº 387, de 2008 e ABNT NBR nº 14.222/2019, que deverão garantir a integridade do produto.
- O garrafão deve possuir lacre de segurança, aparência limpa, isenta de manchas, alterações de cor, ranhuras, rachaduras, emendas e amassamentos, bem como não poderá possuir nenhum tipo de resíduos e odores. O gargalo não poderá possuir qualquer tipo de deformações internas ou externas.

- A vida útil do garrafão retornável é de até 3 (três) anos, nos termos do inciso I do art. 5º da Portaria DNPM nº 387, de 2008.
- **Dimensões do garrafão com capacidade de 20 litros:**
- Altura total: 490mm ± 2,5mm;
- Diâmetros: medido no anel de reforço (superior e inferior): 275mm ± 2,5mm, conforme ABNT NBR nº 14.222/2019.
- **Validade da água:** no mínimo, de 3 (três) meses, contados da data de entrega do produto pelo fornecedor.
- O fornecimento de garrafões de 20 (vinte) litros será efetuado, sob demanda e de forma parcelada, no sistema de substituição de vasilhames (comodato) e de acordo com os estoques de garrafões do órgão.

3.2.2. ITEM 2 – Água Mineral para Caruaru

- **CATMAT:** 445485
- **Capacidade do garrafão:** 20 litros.
- **Material da embalagem:** PET, material polietileno, policarbonato, polipropileno ou outro material aceitável para contato com alimentos e bebidas em conformidade às exigências da Portaria DNPM nº 387, de 2008 e ABNT NBR nº 14.222/2019, que deverão garantir a integridade do produto.
- O garrafão deve possuir lacre de segurança, aparência limpa, isenta de manchas, alterações de cor, ranhuras, rachaduras, emendas e amassamentos, bem como não poderá possuir nenhum tipo de resíduos e odores. O gargalo não poderá possuir qualquer tipo de deformações internas ou externas.
- A vida útil do garrafão retornável é de até 3 (três) anos, nos termos do inciso I do art. 5º da Portaria DNPM nº 387, de 2008.
- **Dimensões do garrafão com capacidade de 20 litros:**
- Altura total: 490mm ± 2,5mm;
- Diâmetros: medido no anel de reforço (superior e inferior): 275mm ± 2,5mm, conforme ABNT NBR nº 14.222/2019.
- **Validade da água:** no mínimo, de 3 (três) meses, contados da data de entrega do produto pelo fornecedor.
- O fornecimento de garrafões de 20 (vinte) litros será efetuado, sob demanda e de forma parcelada, no sistema de substituição de vasilhames (comodato) e de acordo com os estoques de garrafões do órgão.

3.2.3. ITEM 3 – Água Mineral para Salgueiro

- **CATMAT:** 445485
- **Capacidade do garrafão:** 20 litros.
- **Material da embalagem:** PET, material polietileno, policarbonato, polipropileno ou outro material aceitável para contato com alimentos e bebidas em conformidade às exigências da Portaria DNPM nº 387, de 2008 e ABNT NBR nº 14.222/2019, que deverão garantir a integridade do produto.
- O garrafão deve possuir lacre de segurança, aparência limpa, isenta de manchas, alterações de cor, ranhuras, rachaduras, emendas e amassamentos, bem como não poderá possuir nenhum tipo de resíduos e odores. O gargalo não poderá possuir qualquer tipo de deformações internas ou externas.
- A vida útil do garrafão retornável é de até 3 (três) anos, nos termos do inciso I do art. 5º da Portaria DNPM nº 387, de 2008.
- **Dimensões do garrafão com capacidade de 20 litros:**
- Altura total: 490mm ± 2,5mm;
- Diâmetros: medido no anel de reforço (superior e inferior): 275mm ± 2,5mm, conforme ABNT NBR nº 14.222/2019.
- **Validade da água:** no mínimo, de 3 (três) meses, contados da data de entrega do produto pelo fornecedor.
- O fornecimento de garrafões de 20 (vinte) litros será efetuado, sob demanda e de forma parcelada, no sistema de substituição de vasilhames (comodato) e de acordo com os estoques de garrafões do órgão.

3.2.4. ITEM 4 – Água Mineral para Fernando de Noronha

- **CATMAT:** 445485
- **Capacidade do garrafão:** 20 litros.
- **Material da embalagem:** PET, material polietileno, policarbonato, polipropileno ou outro material aceitável para contato com alimentos e bebidas em conformidade às exigências da Portaria DNPM nº 387, de 2008 e ABNT NBR nº 14.222/2019, que deverão garantir a integridade do produto.
- O garrafão deve possuir lacre de segurança, aparência limpa, isenta de manchas, alterações de cor, ranhuras, rachaduras, emendas e amassamentos, bem como não poderá possuir nenhum tipo de resíduos e odores. O gargalo não poderá possuir qualquer tipo de deformações internas ou externas.
- A vida útil do garrafão retornável é de até 3 (três) anos, nos termos do inciso I do art. 5º da Portaria DNPM nº 387, de 2008.
- **Dimensões do garrafão com capacidade de 20 litros:**
- Altura total: 490mm ± 2,5mm;
- Diâmetros: medido no anel de reforço (superior e inferior): 275mm ± 2,5mm, conforme ABNT NBR nº 14.222/2019.
- **Validade da água:** no mínimo, de 3 (três) meses, contados da data de entrega do produto pelo fornecedor.
- O fornecimento de garrafões de 20 (vinte) litros será efetuado, sob demanda e de forma parcelada, no sistema de substituição de vasilhames (comodato) e de acordo com os estoques de garrafões do órgão.

3.2.5. **ITEM 5 – Açúcar Cristal**

- Açúcar tipo cristal, granulado médio, de cor branca.
- Composição origem vegetal, sacarose de cana de açúcar
- Produto de primeira qualidade, isento de umidade excessiva e de corpos estranhos.
- Embalagem: saco ou pacote de 1 kg, devidamente lacrado e identificado pelo fabricante.
- Validade mínima de 12 meses a contar da entrega.
- Marca de referência: Itamarati, equivalente, similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário).

3.2.6. **ITEM 6 – Café em Grãos**

- CAFÉ ESPECIAL GOURMET, TORRADO EM GRÃOS UNIFORMES
- grãos arábicas 100%, isento de grãos pretos/verdes/ardidos e, preto-verdes/fermentados livre de sabor estranho, bebida mole ou melhor, aroma característico, marcante e intenso, sabor característico, equilibrado e limpo, cor médio claro a quase médio.
- qualidade global superior mínima de 7,30 pontos na escala sensorial, impurezas (cascas e paus) em g/100g máxima de 1%, embalagem valvulada aromática,
- validade mínima na data da entrega de 10 (dez) meses, e suas condições deverão estar de acordo com a Res. SAA-28, de 01/06/2007, Res. SAA-31, de 22/06/2007, RDC 007/11, RDC 14/14, RDC 716/22, RDC 727/22 e alterações posteriores, produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa.

3.2.7. **ITEM 7 – Café Torrado e Moído**

- Café torrado e moído, 100% arábica, moagem média.
- Deve atender a qualidade global superior mínima de 7,30 pontos na escala sensorial (ou Q-Grader), conforme ABIC Gourmet/Especial.
- Impurezas (cascas e paus) em g/100g máxima de 1%.
- Produto embalado a vácuo ou em atmosfera modificada para preservação do aroma.
- Embalagem: pacote de 500 g, devidamente lacrado (poderão ser aceitas outros pacotes de tamanhos 250g ou 1kg, mas sempre deverá manter a quantidade em quilogramas estimadas).
- Validade mínima de 12 meses.

3.2.8. **ITEM 8 – Ração Royal Canin Low Fat**

- Ração específica para cães, linha Royal Canin Veterinary Low Fat.
- Embalagem original de fábrica, lacrada e com validade mínima de 12 meses.
- Produto destinado a animais com restrição alimentar de gorduras, de uso veterinário.

3.2.9. **ITEM 9 – Papel A4**

- Tipo: Sulfite
- Papel branco formato A4 (210 mm x 297 mm).
- Gramatura mínima de 75 g/m².
- Embalagem contendo 500 folhas, protegida contra umidade.

3.2.10. **ITEM 10 – Etiqueta (TAG) Metálica RFID**

- Frequência de operação: UHF (860-960 MHz)
- Padrão: EPC Gen 2
- Tamanho: Variável entre 2 a 5 cm x 4 a 6 cm
- Alcance de leitura: No mínimo, deverão ser lidas a 2 (dois) metros de distância

- Resistência: Resistência a água e produtos de limpeza; Resistência a impressão térmica ou por transferência térmica; Resistência a interferências em objetos metálicos
- Grau de proteção: IP68
- Operar em temperaturas entre 0° C e +65° C;
- Indicação de uso: Equipamentos metálicos
- A etiqueta será autoadesiva, ou seja, ser dotada na sua parte inferior de cola ou adesivo especial, que permita sua fixação direta e eficiente em superfícies metálicas e resistam as variações climáticas.
- Compatível com o leitor Chainway R6 UHF RFID
- A etiqueta será impressa pela CONTRATADA com o RFID, tombamento, código de barras e nomes da Polícia Federal e do bem conforme o padrão da Polícia Federal:



3.2.11. **ITEM 11 – Etiqueta (TAG) Não Metálica**

- Compatível com impressora Zebra ZD621R;
- Não-metálica;
- UHF Passiva;
- Frequência 860 à 960 Mhz;
- Tamanho aproximado: 45X20 mm;
- Modo de operação leitura/gravação;

3.2.12. **ITEM 12 – Refil para Purificador de Água Lorenzetti**

- Tipo Loren Acqua 5";
- Refil para filtros 5";
- Para filtro com carvão ativado;
- Máxima eficiência na redução do cloro;
- Reduz odores e gostos indesejáveis;
- Possui fluxo contínuo de água em temperatura natural;
- Vazão de 90L/H ou superior;
- Vida útil mínima de 6 meses;
- Previne a proliferação de bactérias;
- Ajuda na retenção de sólidos e sedimentos suspensos na água.

3.2.13. **ITEM 13 – Refil para Purificador de Água IBBL**

- Possui 7 etapas de purificação;
- Dimensões do produto - 7P x 23L x 7A
- Retém impurezas;
- Vida Útil: 3000 L ou até 6 meses ou superior
- Retenção de Partículas: Classe C ou superior
- Elimina sabores e odores indesejáveis;
- Elimina bactérias;
- Ação bacteriológica;
- Ação bacteriostática.

3.2.14. **ITEM 14 – Refil para Purificador de Água Top Life**

- Tipo Top Life New Class;
- Possui eficiência bacteriológica;
- Alta capacidade de filtragem de água;
- Filtragem com sete etapas de purificação;
- Reduz níveis de cloro na água;
- Elimina metais tóxicos;
- Remove impurezas;

- Preserva os sais minerais;
- Fluxo de água 45L/H ou superior.

3.2.15. **ITEM 15 – Xícara de Porcelana Personalizada**

- Xícara de porcelana PRETA, capacidade mínima de 300 ml.
- Personalizada com logomarca em impressão resistente.
- A arte deve ser feita pela CONTRATANTE e aprovada pela CONTRATADA com o brasão da Polícia Federal e embaixo o nome "SR/PF/PE".
- Resistente a micro-ondas e lava-louças.



3.2.16. **ITEM 16 – Garrafa Térmica**

- As garrafas térmicas devem ser constituídas de aço inoxidável de alta qualidade, garantindo durabilidade, resistência à corrosão e facilidade de limpeza.
- As garrafas devem possuir alta eficiência térmica, mantendo líquidos quentes por no mínimo 12 horas e líquidos frios por no mínimo 24 horas, conforme testes de desempenho.
- As garrafas devem ser completamente vedadas, não apresentando vazamentos mesmo quando transportadas em posição inclinada ou de cabeça para baixo.
- A tampa deve possuir sistema de rosca ou de encaixe firme, garantindo a estanqueidade e segurança no transporte.
- Cada garrafa deve ter capacidade de 950 ml a 1200 ml, conforme especificado no Termo de Referência.
- As garrafas devem ser personalizadas com a logomarca da Polícia Federal e o nome SR/PF/PE, aplicada de forma duradoura e resistente ao uso, sem desbotamento ou desgaste prematuro.
- O design das garrafas deve ser ergonômico, facilitando o manuseio e o transporte pelos usuários.
- O peso e o formato devem ser compatíveis com o uso diário.
- As garrafas devem atender às normas de qualidade e segurança aplicáveis, preferencialmente incluindo certificações de eficiência térmica e segurança alimentar, conforme regulamentos nacionais e internacionais



3.2.17. ITEM 17– Botom com Emblema da Polícia Federal

- Tipo: Botom metálico com fixador de pressão;
- Formato: Emblema da Polícia Federal;
- Dimensões: 20 mm de largura (parte mais larga) x 25 mm de altura (parte mais alta);
- Espessura: Mínima de 1,5 mm;
- Material: Liga metálica de alta resistência, com acabamento esmaltado colorido;
- Cores: Fidelidade às cores oficiais do emblema da Polícia Federal;
- Fixação: Pino metálico com fecho tipo borboleta (ou similar de segurança);
- Acabamento: Resistente à oxidação, riscos e desgaste;
- Uso: Identificação institucional, preservando integridade visual e padronização do símbolo da Polícia Federal.
- **SERÁ EXIGIDA AMOSTRA DESTES ITENS**

3.2.18. ITEM 18 – Colchão

- Dimensões 78 x 188 x 18 cm;
- Revestimento antiácido e densidade D45.
- Dupla face; extra firme; suporte de peso 150kg.
- Atender Portaria Inmetro Nº 35/2021.

3.2.19. ITEM 19 - Cafeteira Elétrica

- Capacidade mínima: 0,75 L (aprox. 10 a 15 xícaras);
- Tensão de operação: 220 V;
- Potência: 600 W a 1000 W;
- Jarra: Vidro temperado ou aço inoxidável, com graduação de nível visível;
- Corpo do aparelho: Material resistente ao calor (plástico de alta durabilidade ou inox);
- Sistema de filtragem: Filtro permanente lavável ou suporte para filtro de papel;
- Recursos adicionais:
- Sistema corta-pingos;
- Base aquecida;
- Indicador luminoso de funcionamento;
- Desligamento automático para segurança e economia de energia;

- Normas técnicas:
- ABNT NBR NM-IEC 335-1:1998 – Segurança de aparelhos eletrodomésticos e similares;
- IEC 60335-2-15 – Requisitos para aparelhos destinados ao aquecimento de líquidos;
- Certificação: Compulsória do INMETRO, com selo visível no produto;
- Requisitos de segurança: Ensaio de segurança elétrica, proteção contra choques, resistência ao superaquecimento, eficiência energética e durabilidade.

3.2.20. **ITEM 20 – Sanduicheira Elétrica**

- Tipo: Elétrica, para preparo simultâneo de no mínimo 2 sanduíches padrão;
- Placas: Antiaderentes, de fácil limpeza e com cozimento uniforme;
- Controle de temperatura: Termostato ajustável;
- Indicadores: Luz de funcionamento e de aquecimento;
- Tensão de operação: 220 V;
- Potência nominal: 700 W a 1200 W;
- Material de fabricação: Aço inoxidável ou plástico de alta resistência, com isolamento térmico;
- Alças: Revestidas com material térmico para evitar queimaduras;
- Recursos adicionais:
- Sistema de desligamento automático ou proteção contra superaquecimento;
- Base antiderrapante para maior estabilidade;
- Certificações:
- INMETRO – conformidade com normas NBR NM 60335-1 e NBR NM 60335-2-9;
- Atende aos requisitos de segurança elétrica e desempenho;
- Dimensões e peso: Compatíveis com transporte e armazenamento prático;
- Cabo elétrico: Atende às normas de isolamento e segurança;
- Manual: Fornecido pelo fabricante, com instruções de uso, manutenção e cuidados de segurança;
- Garantia: Mínima conforme legislação vigente;
- Assistência técnica: Rede autorizada disponível no país.

3.2.21. **ITEM 21 – Controlador de Acesso com Reconhecimento Facial**

- Tipo: Controlador de acesso biométrico multifuncional;
- Modos de autenticação: Reconhecimento facial, cartão RFID MF 13,56 MHz, QR Code e senha;
- Sistema anti-fake: Bloqueio contra uso de fotos e vídeos;
- Função máscara: Alerta e/ou bloqueio para usuários com máscara;
- Tela: LCD sensível ao toque (capacitiva);
- Ambiente: Uso interno;
- Capacidade:
- Usuários: 3.000 ou superior;
- Cartões/QR Codes: 5.000 (até 5 por usuário) ou superior;
- Senhas: 3.000 ou superior;
- Armazenamento: Dados gravados diretamente no controlador;
- Comunicação: Wi-Fi ou Ethernet;
- Desempenho:
- Precisão de verificação facial: > 99,5% ;
- Tempo de reconhecimento: 0,2 s ou melhor;
- Baixo índice de falsa rejeição;
- Modelo de referência: Intelbras SS 1530 MF FACE W , equivalente, similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário).

3.2.22. **TEM 22 – Disjuntor Caixa Moldada**

- Corrente nominal (In): 400 A;
- Faixa de ajuste do disparador: 280 a 400 A;
- Número de polos: 3;
- Tensão de isolamento (Ui): 1000 V;
- Tensão nominal de operação:
- AC: até 690 V;
- DC: até 750 V;
- Tensão suportável de impulso (Uimp): 8 kV;
- Capacidade de interrupção (Icu):
- 220/240 V AC: 100 kA;
- 380/415 V AC: 70 kA;
- 440 V AC: 65 kA;
- 500/525 V AC: 50 kA;
- 690 V AC: 40 kA;

- DC (250/500 V, 2 polos em série): 50 kA;
- Capacidade de serviço (Ics): Igual a Icu;
- Corrente de curto-circuito instantânea ajustável (Ii): 2000 a 4000 A;
- Durabilidade mínima:
- Elétrica: 7.000 ciclos (60 ciclos/hora);
- Mecânica: 20.000 ciclos (120 ciclos/hora);
- Perda de potência: 24,1 W;
- Normas: IEC 60947-2, RoHS, REACH, CE;
- Dimensões aproximadas: Largura 140 mm, Altura 205 mm, Profundidade 103,5 mm;
- Peso aproximado: 4,775 kg.

3.2.23. **ITEM 23– Interruptor Diferencial Residual (IDR)**

- Corrente nominal (In): 80 A;
- Corrente diferencial residual (I Δ n): 30 mA;
- Número de polos: 4;
- Sistemas: Monofásico, bifásico e trifásico;
- Capacidade de interrupção: 6 kA;
- Tensão nominal de operação: AC 230/415 V;
- Grau de proteção: IP20;
- Número de operações: 4.000;
- Temperatura de operação: 30 °C;
- Marcas de referência: Siemens, Schneider, Steck, Soprano, equivalente, similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário).

3.2.24. **ITEM 24 – Cabo Flexível Elétrico Bitola 2,5mm - Cor Preta**

- Cabo Flexível elétrico;
- Cor Preta;
- Bitola 2.5MM;
- Seção nominal do condutor: 2,50;
- Material do condutor: Fios de Cobre eletrolítico, têmpera mole, classe 4 até a seção atendendo a norma NBR NM 280;
- Material de isolamento: Composto termoplástico polivinílico (PVC) tipo BWF (Resistente à propagação de chamas);
- Tensão de isolamento: Baixa Tensão 450/750V;
- Suporte máxima de temperatura: 70°

3.2.25. **ITEM 25 – Cabo Flexível Elétrico Bitola 16mm**

- Cabo Flexível elétrico Bitola 16MM;
- Condutor de fios: Cobre eletrolítico;
- Isolado em: Composto termoplástico polivinílico (PVC) tipo BWF;
- Norma de referência: NBR NM 247-3;
- Têmpera mole: Classe 4 de encordoamento até a seção 6mm² e classe 5 de encordoamento a partir da seção 10mm² (extra flexível);
- Isolado em: Composto termoplástico polivinílico (PVC) tipo BWF;
- Característica: Não propagação e auto extinção do fogo;
- Classe térmica: 70°C;
- Tensão de isolamento: 450/750 V.

3.2.26. **ITEM 26 – Cabo Flexível Elétrico Bitola 25mm**

- Cabo Flexível elétrico Bitola 25MM;
- Condutor de fios: Cobre eletrolítico;
- Isolado em: Composto termoplástico polivinílico (PVC) tipo BWF ;
- Norma de referência: NBR NM 247-3;
- Têmpera mole: Classe 4 de encordoamento até a seção 6mm² e classe 5 de encordoamento a partir da seção 10mm² (extra flexível);

- Isolado em: Composto termoplástico polivinílico (PVC) tipo BWF;
- Característica: Não propagação e auto extinção do fogo;
- Classe térmica: 70°C;
- Tensão de isolamento: 450/750 V.

3.2.27. **ITEM 27 – Cabo de Potência Flexível 120 mm²**

- Tipo: Cabo de potência flexível;
- Seção nominal: 1 x 120 mm²;
- Condutor: Cobre eletrolítico, classe 5 (flexível), conforme NBR NM 280;
- Isolação: PVC/A, tipo ST1, antichama, conforme NBR 7288;
- Tensão nominal de isolamento: 0,6/1 kV;
- Cor da isolamento: Conforme NBR 5410 (fase, neutro ou proteção);
- Temperatura de operação:
- Contínuo: até 70 °C;
- Sobrecarga: até 160 °C;
- Curto-circuito: até 250 °C;
- Norma de referência: ABNT NBR 7288.

3.2.28. **ITEM 28 – Cabo Lógico UTP Cat6**

- Categoria: CAT6;
- Tipo de cabo: U/UTP (não blindado); -
- Cobertura: PVC retardante de chamas (CMX); -
- Cor: Azul; -
- Comprimento: 305 metros; -
- Diâmetro do condutor: 23 AWG; -
- Material do condutor: 100% Cobre nu; -
- Número de pares: 4 pares; -
- Velocidade de transmissão: 10/100/1000; -
- Frequência de operação: Até 250 MHz; -
- Impedância: 100 Ohms; -
- Temperatura de operação: -20 a 60 °C; -
- Diâmetro externo: 6,0 ± 0,5 mm; -
- Raio mínimo de curvatura: 60 mm.
- Com certificação da ANATEL.

3.2.29. **ITEM 29 – Exaustor Axial Industrial**

- Tipo: Exaustor axial industrial para ventilação forçada.
- Fonte de alimentação: Energia elétrica.
- Tensão nominal: 220 V.
- Dimensões mínimas: 50 cm (diâmetro) x 35 cm (largura) x 50 cm (altura).
- Vazão mínima: 1.500 m³/h (ou superior), garantindo alta eficiência na troca de ar.
- Material da hélice: Alumínio ou plástico reforçado de alta resistência, com proteção contra deformações.
- Proteção: Grau de proteção mínimo IP44, garantindo resistência contra poeira e respingos.
- Características adicionais:
 - Chave de reversão para controle do fluxo de ar.
 - Grade protetora plástica ou metálica conforme normas de segurança.
- Certificação: Produto com selo INMETRO e conformidade com normas aplicáveis.
- Manual: Fornecido pelo fabricante, com instruções de instalação, operação e manutenção.

3.2.30. **ITEM 30 – Bateria compatível com Drone DJI Mavic 2**

- Tipo: Bateria inteligente de voo (DJI Mavic 2);
- Capacidade: 3850 mAh;
- Tensão: 15,4 V;
- Energia: 59,29 Wh;
- Tipo de célula: LiPo 4S;

- Tempo de voo: Até 31 minutos (condições ideais);
- Sistema: Indicadores LED de carga e status;
- Proteções: Sobrecarga, descarga excessiva, curto-circuito e temperatura;
- Compatibilidade: Série DJI Mavic 2.

3.2.31. **ITEM 31 – Bateria compatível com para Drone DJI Mavic 3**

- Tipo: Bateria inteligente de voo (DJI Mavic 3);
- Capacidade: 5000 mAh;
- Tensão: 15,4 V;
- Energia: 77 Wh;
- Tipo de célula: LiPo 4S;
- Tempo de voo: Até 46 minutos (condições ideais);
- Sistema: Indicadores LED de carga e status;
- Proteções: Sobrecarga, descarga excessiva, curto-circuito e temperatura;
- Compatibilidade: Série DJI Mavic 3.

3.2.32. **ITEM 32 – Dual Gimbal Connector DJI (Matrice 300 RTK)**

- Tipo: Conector para instalação de 2 gimbals;
- Compatibilidade: DJI Matrice 300 RTK;
- Interface: DJI SkyPort V2.0;
- Função: Permite uso simultâneo de 2 sensores/dispositivos;
- Aplicações:
- Operações de segurança pública;
- Levantamentos ambientais;
- Inspeções em locais de difícil acesso;
- Acessórios adicionais: Holofotes, câmeras térmicas e sensores;
- Benefícios:
- Redução do tempo de operação;
- Aumento da eficiência na coleta de dados.

3.2.33. **ITEM 33 – Holofote de Alta Potência**

- Tipo: Holofote gimbal de alta intensidade para drones;
- Compatibilidade: DJI Matrice M300 RTK e M350 RTK;
- Óptica: 4 grupos de componentes de imagem, feixe de 15°;
- Alcance: Irradiação efetiva até 150 m;
- Iluminação: Até 24 lux a 100 m;
- Potência máxima: 120 W;
- Fluxo luminoso: 13.400 lúmens;
- Área iluminada: ~1.225 m² a 150 m de altura;
- Peso: 0,75 kg (ultraleve, maior autonomia de voo);
- Interface: DJI SkyPort V2.0;
- Controle: DJI Pilot (ajustes precisos no ângulo);
- Recursos adicionais: Modo flash forte para sinalização tática.
- Marca de referência: GL60 PLUS equivalente, similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário).

3.2.34. **ITEM 34 – Gancho de Arremesso**

- Tipo: Gancho de arremesso para drones;
- Compatibilidade: DJI Matrice 300/350 RTK;
- Capacidade de carga: Até 40 kg;
- Função: Até 4 lançamentos distintos em um voo;
- Interface: DJI SkyPort V2.0;
- Controle: Acionamento remoto preciso;
- Aplicações: Lançamentos de carga em operações complexas.
- Marca de referência: CZI TH4 equivalente, similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário).

3.2.35. **ITEM 35 – Sensor LiDAR**

- Tipo: Câmera com sensor LiDAR integrado;
- Compatibilidade: DJI Matrice 300 RTK;
- Componentes:

- Sensor LiDAR de alta precisão;
- Câmera RGB CMOS 4/3;
- Sistema IMU proprietário DJI;
- Função: Geração de nuvens de pontos densas e detalhadas;
- Precisão: Centimétrica;
- Aplicações:
- Levantamentos topográficos;
- Planejamento urbano;
- Monitoramento ambiental;
- Destaques: Operação eficiente em vegetação densa ou terrenos irregulares.
- Marca de referência: DJI Zenmuse L2m equivalente, similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário).

3.2.36. ITEM 36 – Carimbo 38 mm x 14 mm

- Tipo: carimbo automático (autotintado / autoentintável).
- Inscrição: a ser definida.
- Cor da tinta: preta.
- Dimensões aproximadas da área de impressão: 38 mm x 14 mm.
- Mecanismo retrátil, com sistema de entintamento interno e proteção contra vazamento.
- Material do corpo: plástico ABS de alta resistência, com design ergonômico.
- Almofada de tinta substituível e tinta recarregável.
- Durabilidade mínima: 20.000 impressões.
- Referência de qualidade: modelo Trodat Printy 4911 ou equivalente, equivalente, similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário).

3.2.37. ITEM 37 – Carimbo 57 mm x 21 mm

- Tipo: carimbo automático (autotintado / autoentintável).
- Inscrição: a ser definida.
- Cor da tinta: preta.
- Dimensões aproximadas da área de impressão: 57 mm x 21 mm.
- Mecanismo retrátil, com sistema de entintamento interno e proteção contra vazamento.
- Material do corpo: plástico ABS de alta resistência, com design ergonômico.
- Almofada de tinta substituível e tinta recarregável.
- Durabilidade mínima: 20.000 impressões.
- Referência de qualidade: modelo Trodat Printy 4913 ou equivalente, equivalente, similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário).

3.2.38. ITEM 38 – Moedas Comemorativas

- Moedas do tipo medalha personalizadas, com duas faces distintas e caixa de veludo ou couro compatível;
- Frente da Moeda: Símbolo da Polícia Federal ao centro, com a inscrição “MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA” na curvatura superior da moeda e “BRASIL” na curvatura inferior.
- Verso da Moeda: Mapa territorial de Pernambuco com textura da bandeira do Estado de Pernambuco, com a inscrição "Superintendência Regional em Pernambuco".
- Material: Metal Tamanho: 5 cm Espessura: 3 mm
- Banho: Prata envelhecido
- Pintura: Esmalte em até 8 cores
- Embalagem: Estojo de veludo ou couro na cor preta
- Observação: O design dos brindes e a qualidade do material deverão ser atestados pela CS/SR/PF/PE através do envio de mostruário dos brindes antes de sua fabricação.
- **SERÁ EXIGIDA AMOSTRA DESTE ITEM.**



3.2.39. ITEM 39 – Placas de Reconhecimento

- Descrição Genérica: Placa em metal nobre com base de madeira ou acrílico, acompanhada de estojo para armazenamento e apresentação.
- Características Obrigatórias: Gravação de alta precisão
- Espaço para inscrição personalizada Logotipo da Polícia Federal
- Características Desejáveis: Design inovador que reflita a seriedade e a importância da instituição
- Padrões de Qualidade: Material resistente à corrosão
- Acabamento de alto padrão
- Requisitos de Personalização: Espaço para nome do homenageado, data e motivo da homenagem
- Dimensões: Placa de homenagem: 23 x 15 cm Estojo de veludo preto: 28 x 20 cm
- Observação: O design dos brindes e a qualidade do material deverão ser atestados pela CS/SR/PF/PE através do envio de mostruário dos brindes antes de sua fabricação.
- **SERÁ EXIGIDA AMOSTRA DESTE ITEM.**



3.2.40. ITEM 40 – Placa de Inauguração

- Conforme padrão definido na Portaria nº 15.476-DG/PF, de 26 de agosto de 2021.
- Dimensões: Placa retangular de 60 cm (largura) x 40 cm (altura), podendo variar até ± 5 cm conforme o suporte.
- Material da placa: Aço inox escovado 304, espessura mínima de 1,5 mm;
- Gravação química com pintura epóxi preta em baixo relevo;
- Bordas polidas e cantos arredondados (raio de 5 mm).
- Suporte: Base em mármore claro (tipo Bege Bahia, Crema Marfil ou similar), polido e impermeabilizado;
- Dimensões da base: 70 cm x 50 cm x 3 cm;
- Fixação da placa em aço inox sobre o mármore por meio de parafusos ou pinos embutidos em aço inox com acabamento discreto;
- Identificação visual: Brasão da Polícia Federal centralizado no topo, com aplicação de cores institucionais em esmalte

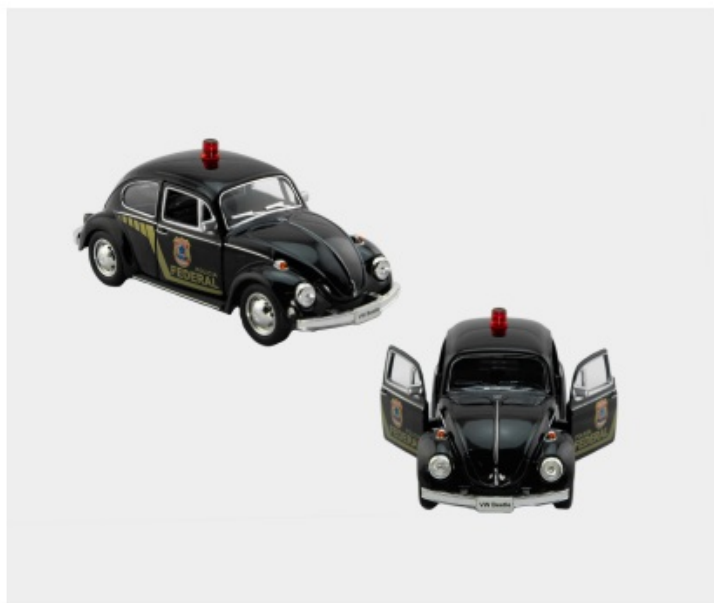
epóxi;

- Tipografia: padrão do Governo Federal (fonte sem serifa, cor preta);
- Fundo metálico escovado, garantindo contraste e boa legibilidade sobre o mármore claro.



3.2.41. ITEM 41 – Miniatura de viatura com emblema da PF

- Descrição Genérica: Miniaturas de carrinhos representativos, com detalhes precisos e emblema da Polícia Federal nas portas (emblema de alta resolução).
- Características Obrigatórias: Réplicas fiéis Material resistente Pintura de alta qualidade
- Detalhes funcionais (ex.: portas que abrem)
- Padrões de Qualidade: Acabamento sem rebarbas Pintura duradoura
- Dimensão aproximada da miniatura: 20 cm de comprimento
- Modelo: Conforme fotografia da viatura oficial
- Cor predominante: Preta e dourada
- Requisitos de Personalização: Placa ou base com inscrição personalizável
- Ao lado do brasão da Polícia Federal deve estar escrito "SR/PF/PE";
- Observação: O design dos brindes e a qualidade do material deverão ser atestados pela CS/SR/PF/PE através do envio de mostruário dos brindes antes de sua fabricação.
- **SERÁ EXIGIDA AMOSTRA DESTE ITEM.**



(imagem meramente ilustrativa)

3.2.42. ITEM 42 - Câmeras de vigilância

- Resolução 2 megapixels (Full HD 1080p);
- Tipo de lente fixa 2,8mm; tipo Dome;

- Possui ROI (Região de Interesse);
- Alimentação PoE Ativo (IEE 802.3af);
- IR de 30m com sistema IR inteligente;
- Compressão de vídeo H.265;
- Conector RJ-45 Ethernet;
- Classe de proteção IP67;
- Suporte ao protocolo Intelbras-1;
- Modelo de Referência: INTELBRAS VIP 1230 D G4, equivalente, similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário).

3.2.43. **ITEM 43 - Gás Refrigerante R410A – Cilindro 11,6 kg**

- Composição: Mistura de HFC-32 (difluorometano) e HFC-125 (pentafluoroetano)
- Proporção: 50% R32 + 50% R125
- Tipo: Refrigerante HFC (sem cloro, não agride a camada de ozônio)
- Potencial de Aquecimento Global (GWP): ~2.088
- Pressão de Trabalho: Alta (necessário uso de mangueiras e manômetros específicos para R410A)
- Aplicações: Sistemas de ar-condicionado split, VRF, bombas de calor e refrigeração comercial
- Compatibilidade: Somente com óleos POE (Polioléster)
- Tensão de Evaporação: Aproximadamente -51 °C
- Tensão de Condensação: Aproximadamente 72 °C
- Peso do Cilindro: 11,3–11,6 kg líquido
- Cor do Cilindro: Rosa (padrão internacional)
- Normas: ABNT NBR 16069 / ISO 817
- Certificações: INMETRO

3.2.44. **ITEM 44 - Lâmpada LED tubular G13**

- Modelo: Tubular LED T8
- Base: G13
- Potência mínima: 9,9 W
- Tensão: Autovolt (100–240 V)
- Temperatura de Cor: 4.000 K (Branco Neutro)
- Fluxo Luminoso: 900 lm (mínimo)
- Eficiência Luminosa mínima: = 90 lm/W
- Índice de Reprodução de Cor (IRC): = 80
- Ângulo de Abertura: 200°
- Vida Útil: 25.000 h (média)
- Fator de Potência: = 0,90
- Dimensões: Ø 28 mm x 589,8 mm (aprox. 60 cm)
- Material: Corpo em vidro ou policarbonato, difusor leitoso
- Certificações: INMETRO / Procel Aplicações: Substituição de lâmpadas fluorescentes T8 em luminárias com soquete G13

3.2.45. **ITEM 45 - Lâmpada LED Tubular T8 – 18W – G13 – 6.500K (Luz Fria)**

- Modelo: Tubular LED T8
- Base: G13
- Potência mínima: 18 W
- Tensão: Autovolt (100–240 V)
- Temperatura de Cor: 6.500 K (Branco Frio)
- Fluxo Luminoso: 1.800 lm (mínimo)
- Eficiência Luminosa mínima: = 100 lm/W
- Índice de Reprodução de Cor (IRC): = 80
- Ângulo de Abertura: 200°
- Vida Útil: 25.000 h (média)
- Fator de Potência: = 0,90
- Dimensões: Ø 30 mm x 1.200 mm
- Material: Corpo em vidro ou policarbonato, difusor leitoso
- Certificações: INMETRO / Procel
- Aplicações: Substituição de lâmpadas fluorescentes T8 em luminárias com soquete G13

3.2.46. ITEM 46 - Refletor LED – 200W – Luz Branca – 6.500K – 220V

- Modelo: Refletor LED Slim
- Potência mínima: 200 W
- Tensão: 220 V (geralmente bivolt)
- Temperatura de Cor: 6.500 K (Branco Frio)
- Fluxo Luminoso: 15.000 lm (mínimo)
- Eficiência Luminosa mínima: = 75 lm/W
- Índice de Reprodução de Cor (IRC): = 80
- Ângulo de Abertura: 120°
- Vida Útil: 25.000 h (média)
- Fator de Potência: = 0,90
- Grau de Proteção: IP65 ou IP66 (resistente à água e poeira)
- Material: Corpo em alumínio com pintura eletrostática, vidro temperado
- Dimensões: Aproximadamente 300 mm x 250 mm x 26 mm
- Certificações: INMETRO
- Aplicações: Iluminação externa (fachadas, áreas abertas, galpões, quadras esportivas)

3.2.47. ITEM 47 - Refletor LED – 300W – Luz Branca – 6.500K – 220V

- Modelo: Refletor LED Slim
- Potência mínima: 300 W
- Tensão: 220 V (geralmente bivolt)
- Temperatura de Cor: 6.500 K (Branco Frio)
- Fluxo Luminoso: 22.000 lm (mínimo)
- Eficiência Luminosa mínima: = 75 lm/W
- Índice de Reprodução de Cor (IRC): = 80
- Ângulo de Abertura: 120°
- Vida Útil: 25.000 h (média)
- Fator de Potência: = 0,90
- Grau de Proteção: IP65 ou IP66 (resistente à água e poeira)
- Material: Corpo em alumínio com pintura eletrostática, vidro temperado
- Dimensões: Aproximadamente 400 mm x 320 mm x 55 mm
- Certificações: INMETRO
- Aplicações: Iluminação externa (fachadas, áreas abertas, galpões, quadras esportivas)

3.2.48. ITEM 48 - CABO FLEXÍVEL ELÉTRICO BITOLA 2.5MM - Cor Azul

- Cabo Flexível elétrico;
- Cor Azul;
- Bitola 2.5MM;
- Seção nominal do condutor: 2,50;
- Material do condutor: Fios de Cobre eletrolítico, têmpera mole, classe 4 até a seção atendendo a norma NBR NM 280;
- Material de isolamento: Composto termoplástico polivinílico (PVC) tipo BWF (Resistente à propagação de chamas);
- Tensão de isolamento: Baixa Tensão 450/750V;
- Suporte máxima de temperatura: 70°

3.2.49. ITEM 49 - CABO FLEXÍVEL ELÉTRICO BITOLA 2.5MM - Cor Verde

- Cabo Flexível elétrico;
- Cor Verde;
- Bitola 2.5MM;
- Seção nominal do condutor: 2,50;

- Material do condutor: Fios de Cobre eletrolítico, têmpera mole, classe 4 até a seção atendendo a norma NBR NM 280;
- Material de isolamento: Composto termoplástico polivinílico (PVC) tipo BWF (Resistente à propagação de chamas);
- Tensão de isolamento: Baixa Tensão 450/750V;
- Suporte máxima de temperatura: 70°

3.2.50. **ITEM 50 - CABO FLEXÍVEL ELÉTRICO BITOLA 4MM - Cor Preta**

- Tipo: Cabo elétrico flexível
- Seção Nominal: 4 mm²
- Cor: Preto
- Tensão Nominal: 450/750 V
- Corrente Máxima: 28 A (instalação conforme norma)
- Condutor: Cobre eletrolítico, classe 5 (flexível)
- Isolação: PVC termoplástico antichama
- Resistência à Propagação de Chamas: Sim (atende NBR NM 247-3)
- Temperatura Máxima: 70 °C em regime contínuo
- Diâmetro Aproximado: 4,8 mm Certificações: INMETRO / NBR 5410
- Aplicações: Instalações elétricas residenciais, comerciais e industriais

3.2.51. **ITEM 51 - CABO FLEXÍVEL ELÉTRICO BITOLA 4MM - Cor Azul**

- Tipo: Cabo elétrico flexível
- Seção Nominal: 4 mm²
- Cor: Azul
- Tensão Nominal: 450/750 V
- Corrente Máxima: 28 A (instalação conforme norma)
- Condutor: Cobre eletrolítico, classe 5 (flexível)
- Isolação: PVC termoplástico antichama
- Resistência à Propagação de Chamas: Sim (atende NBR NM 247-3)
- Temperatura Máxima: 70 °C em regime contínuo
- Diâmetro Aproximado: 4,8 mm Certificações: INMETRO / NBR 5410
- Aplicações: Instalações elétricas residenciais, comerciais e industriais

3.2.52. **ITEM 52 - CABO FLEXÍVEL ELÉTRICO BITOLA 4MM - Cor Verde**

- Tipo: Cabo elétrico flexível
- Seção Nominal: 4 mm²
- Cor: Verde
- Tensão Nominal: 450/750 V
- Corrente Máxima: 28 A (instalação conforme norma)
- Condutor: Cobre eletrolítico, classe 5 (flexível)
- Isolação: PVC termoplástico antichama
- Resistência à Propagação de Chamas: Sim (atende NBR NM 247-3)
- Temperatura Máxima: 70 °C em regime contínuo
- Diâmetro Aproximado: 4,8 mm Certificações: INMETRO / NBR 5410
- Aplicações: Instalações elétricas residenciais, comerciais e industriais

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. **Eficiência no uso de recursos:** Os produtos devem ser selecionados e fornecidos de forma a minimizar o consumo de energia, água e outros insumos, bem como reduzir desperdícios ao longo de todo o ciclo de vida.

4.1.2. **Redução de impactos ambientais:** Priorizar materiais recicláveis, biodegradáveis ou reutilizáveis, evitando produtos que contenham substâncias nocivas ao meio ambiente.

4.1.3. **Embalagens sustentáveis:** Sempre que possível, utilizar embalagens recicláveis ou retornáveis, evitando excessos e promovendo a logística reversa.

4.1.4. **Gestão de resíduos:** O fornecedor deve apresentar medidas para destinação adequada de resíduos gerados no fornecimento ou durante o uso dos produtos.

4.1.5. **Eficiência logística:** O transporte e entrega dos materiais devem ser planejados de forma a reduzir emissões de gases poluentes e otimizar rotas, minimizando deslocamentos desnecessários.

4.1.6. **CrITÉRIOS sociais e éticos:** Dar preferência a fornecedores que respeitem normas trabalhistas, promovam condições de trabalho seguras e que adotem práticas de responsabilidade social.

4.1.7. **Transparência e rastreabilidade:** Todos os produtos e insumos fornecidos devem permitir rastreabilidade quanto à origem, composição e conformidade com normas ambientais e de segurança.

4.2. Serão admitidas apenas pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio definidos na Resolução CONAMA nº 401/2008, mediante laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, conforme Instrução Normativa IBAMA nº 08/2012.

4.3. Não são permitidas à contratada formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas, originárias da contratação, nos termos do art. 22 da Resolução CONAMA nº 401/2008, tais como: lançamento a céu aberto, queima ou incineração sem licença, e descarte em corpos d'água, drenagens, redes elétricas ou áreas sujeitas a inundação.

4.4. Embora a Polícia Federal ainda não disponha de Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) formalmente instituído, destaca-se que sua elaboração encontra-se em curso pela DLOG/PF. A presente contratação observa as diretrizes da Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021, reforçando o compromisso com práticas sustentáveis e alinhamento às políticas de governança e logística sustentável da Administração Pública

Indicação de marcas ou modelos

4.5. Na presente contratação foram indicadas marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares. A indicação das respectivas marcas e modelos decorre da necessidade de manter a compatibilidade com padrões de equipamentos já utilizados por esta Administração, bem como materiais referência de qualidade no mercado.

Da exigência de amostra

4.6. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.7. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

4.8. Itens 17, 38, 39 e 41.

4.8.1. Item 17: botton metálico tipo "pin" para lapela, com insígnia da Polícia Federal, confeccionado em fundição de alta precisão, em alto e baixo relevo. A amostra não precisa conter a numeração;

4.8.2. Item 38: moedas comemorativas do tipo medalha personalizadas, com duas faces distintas e caixa de veludo ou couro compatível;

4.8.3. Item 39: placas de reconhecimento em metal nobre com base de madeira ou acrílico, acompanhada de estojos para armazenamento e apresentação;

4.8.4. Item 41: Miniaturas de carrinhos representativos, com detalhes precisos e emblema da Polícia Federal nas portas (emblema de alta resolução).

4.9. As amostras serão entregues no seguinte endereço: Empresarial JCPM, Av. Antônio de Goes, 60 - 20º - Pina, Recife - PE, 51010-000, 15º Andar, Setor de Logística Policial (SELOG/SR/PF/PE), no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da convocação da empresa, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.10. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.11. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.12. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.12.1. Item 17 - qualidade do desenho 3D; qualidade dos desenhos em 2D; qualidade da pintura em esmalte; cumprimento dos parâmetros de proporção e cores previstos no "Manual de Uso de Aplicação do Emblema da Polícia Federal", anexo a este TR; ausência de falhas de construção e falhas nos tratamentos do metal, exigindo-se que estejam uniformes em toda a peça, inclusive no verso e no pino;

4.12.2. Item 38 - qualidade do relevo e o detalhamento do desenho em ambas as faces, a fidelidade e a nitidez do símbolo da Polícia Federal, das inscrições e do mapa territorial, bem como a qualidade da pintura em esmalte, devendo apresentar uniformidade das cores e ausência de borrões. Será verificada a conformidade com o layout aprovado pela CS/SR/PF/PE, incluindo proporções, cores e textos, além da precisão do banho metálico (prata envelhecida) e da ausência de falhas ou manchas na superfície. A espessura deverá ser regular, com bordas bem acabadas e sem deformações. Avaliar-se-á também a qualidade e compatibilidade do estojo de veludo ou couro, seu fechamento e acabamento interno, a resistência e qualidade do metal utilizado, garantindo durabilidade e brilho estável, bem como a apresentação estética condizente com a solenidade institucional. A amostra física enviada será utilizada para atestar a conformidade do produto final.

4.12.3. Item 39 - qualidade da gravação e a nitidez das inscrições personalizadas (nome, data e motivo da homenagem), a fidelidade e precisão na reprodução do logotipo da Polícia Federal e a uniformidade e brilho do acabamento metálico, devendo estar livres de arranhões, manchas ou imperfeições. A base, em madeira ou acrílico, deverá apresentar estabilidade, polimento e acabamento refinado, além de resistência à corrosão e à oxidação. O conjunto deverá demonstrar harmonia estética entre a placa e o estojo de apresentação (veludo preto ou equivalente), respeitando as dimensões especificadas e ergonomia adequada. O design deverá refletir a seriedade e o prestígio da instituição, e será verificada a qualidade e resistência do estojo de armazenamento. A amostra física servirá para avaliar a execução, o acabamento e a conformidade com o modelo aprovado.

4.12.4. Item 41 - Serão avaliadas a fidelidade da miniatura em relação ao modelo oficial de viatura da Polícia Federal, a qualidade e uniformidade da pintura nas cores preto e dourado, bem como a precisão e resolução do emblema aplicado nas portas, que deverá estar livre de distorções e borrões. Serão observados o detalhamento das partes externas e internas, incluindo portas, rodas e demais elementos visuais, além da qualidade do material e da resistência mecânica da peça. A miniatura deverá estar isenta de rebarbas, falhas de moldagem ou imperfeições de montagem, devendo conter corretamente a inscrição "SR/PF/PE" ao lado do brasão, conforme especificação. Serão analisados ainda a qualidade da base ou placa de apoio, quando houver, com inscrição personalizável legível, a fidelidade dimensional (aproximadamente 20 cm de comprimento) e o acabamento geral. A amostra física será utilizada para aferir a precisão, o acabamento e a aderência ao modelo institucional.

4.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.14. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra (s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.15. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.16. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 5 (cinco) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

Subcontratação

4.17. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, uma vez que se trata de fornecimento direto de materiais, sem prestação de serviços correlatos que possam ser delegados a terceiros. Dessa forma, a execução do contrato depende da entrega direta pelo fornecedor licitado, garantindo a responsabilidade, rastreabilidade e conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

Garantia da contratação

4.18. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.19. Nos termos do **inciso III do art. 49** da LC nº 123/2006, **não foram previstas cotas reservadas** para ME/EPP, tendo em vista que, no **item 6**, a divisão do quantitativo acarretaria perda de economia de escala, e, no **item 35**, a existência de apenas uma unidade torna o objeto indivisível, inviabilizando a reserva de parcela do fornecimento.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias**, contados do(a) envio da nota de empenho, em remessa única para todos os itens, exceto os itens 1, 2, 3 e 4.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Para os itens 1, 2, 3 e 4, as parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:
- 5.3.1. Conforme demanda solicitada pelo contratante em remessas parceladas.
- 5.3.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3.3. O prazo de início de fornecimento dos produtos terá início a partir do envio da nota de empenho.
- 5.3.4. O fornecimento de garrações de 20 (vinte) litros será efetuado, sob demanda, ou seja, de forma parcelada, no sistema de substituição de vasilhames (comodato) e de acordo com os estoques de garrações da Contratante.
- 5.3.5. Os pedidos de fornecimento de garrações de 20 (vinte) litros respeitarão a demanda da contratante, a qual se resguarda no direito de solicitar, apenas, o quantitativo necessário para o atendimento de suas necessidades.
- 5.3.6. A cada pedido de fornecimento de garrações de 20 (vinte) litros, a contratante enviará correspondência eletrônica (e-mail) para o endereço eletrônico informado pela contratada, informando o quantitativo de galões a serem entregues no endereço da contratante e a data para a entrega.
- 5.3.7. A contratante retornará a correspondência eletrônica confirmando o recebimento do pedido e a aceitando a data para a entrega.
- 5.3.8. A previsão é de que os pedidos ocorrerão, estimativamente, 4 (quatro) vezes por mês, ou, 1 (uma) vez por semana. Essa frequência é apenas estimativa e pode ser alterada, a qualquer momento, de acordo com a necessidade da contratante.
- 5.3.9. A previsão é de que os pedidos sejam enviados nas terças-feiras com as entregas programadas para ocorrerem no dia seguinte, no caso quartas-feiras. Esses dias semanais para os pedidos e para as entregas são apenas previsões estimativas e podem ser alteradas, a qualquer momento, de acordo com a necessidade da contratante.
- 5.4. **Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:**
- 5.4.1. Para os itens 1, 8, 12, 13, 14, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51 e 52: Superintendência de Polícia Federal no Estado em Pernambuco - Centro de Treinamento/Depósito (DNIT) - BR-101, S/N - Km 69,8 - Curado, Recife - PE, CEP: 51240-340
- 5.4.2. Para o item 2: Delegacia de Polícia Federal em Caruaru/PE, av. dr. Pedro Jordão , n ° 532. CEP: 55012-640.
- 5.4.3. Para o item 3: Delegacia de Polícia Federal em Salgueiro/PE, Rua Carlos Soares de Brito - Centro - Salgueiro - PE - CEP: 56000-000;
- 5.4.4. Para o item 4: Posto de Polícia Federal em Fernando de Noronha/PE, Rua Joaquim Ferreira, S/N, Porto, Fernando de Noronha - PE.
- 5.4.5. Para os itens 5, 6, 7, 9 e 42 : Polícia Federal Tv. Tiradentes, Cais do Apolo, 20, Recife - PE, 50030-380
- 5.4.6. Para os itens 10, 11, 15, 16, 17, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40 e 41: Polícia Federal Av. Antônio de Goes, 60 - 15° - Pina, Recife - PE, 51010-000
- 5.4.7. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) (meses), ou a (metade) do prazo total recomendado pelo fabricante.
- 5.4.8. Os dados para contato do Setor Responsável pelo recebimento são: *numat.selog.srpe@pf.gov.br* 2137-4007/6321.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será

prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.;

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo

constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.3. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.4. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.6. Multa:

7.6.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5%** (zero vírgula **cinco** por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **60 (sessenta)** dias

7.6.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.6.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.6.2.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5%** (**cinco** por cento) a **30%** (**trinta** por cento) do valor da contratação.

7.6.2.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **20%** (**vinte** por cento) a **30%** (**trinta** por cento) do valor da contratação.

7.6.2.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10%** (**dez** por cento) a **30%** (**trinta** por cento) do valor da contratação.

7.6.2.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5%** (**cinco** por cento) a **30%** (**trinta** por cento) do valor da contratação.

7.6.2.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **15%** (**quinze** por cento) a **30%** (**trinta** por cento) do valor da contratação.

7.7. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.8. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.9. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.11. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.12. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.12.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.12.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.13. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.13.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.13.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.13.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.13.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.13.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.14. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.15. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.16. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.16.1. **As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.**

7.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II](#)

[do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.27. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

8.27.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

8.28. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.29. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

8.30. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

8.31. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Reajuste

8.32. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da **data do orçamento estimado, em 20/08/2025**;

8.33. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.34. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.35. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.36. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.37. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.38. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.39. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral para todos os itens exceto os 1, 2, 3 e 4 que serão parcelados.

CrITÉRIOS de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
SG =	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
LC =	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.31.2. Em observância ao art. 67, §1º, a exigência de quantitativos mínimos em atestados restringe-se exclusivamente às parcelas de maior relevância abaixo listadas, identificadas por representarem $\geq 4\%$ do valor total estimado da contratação. Os percentuais foram fixados de forma proporcional à complexidade e ao risco do fornecimento, visando assegurar a execução sem restringir indevidamente a competitividade, e não superam 50%, conforme §2º do mesmo artigo.

9.31.2.1. Item 6 – Café em grãos (9,8% do total): atestado(s) demonstrando fornecimento anterior de no mínimo 30% (300 Kg) do quantitativo estimado deste item. (Bem de consumo padronizado com logística relevante; 30% evidencia capacidade de abastecimento em escala, sem ser restritivo.)

9.31.2.2. Item 16 – Garrafa térmica (4,5% do total): atestado(s) de fornecimento de mínimo 30% (135 unidades) do quantitativo estimado de garrafas. (Bem padronizado com necessidade de controle de qualidade e prazos; 30% é proporcional.)

9.31.2.3. Item 27 – Cabo de potência flexível 120mm (6,4% do total): atestado(s) de fornecimento de mínimo 30% (150 m) do quantitativo estimado de cabos. (Demanda logística e de armazenagem de grande porte.)

9.31.2.4. Item 28 – Cabo lógico UTP Cat6 (4,6% do total): atestado(s) de fornecimento de mínimo 30% (12 caixas ou similar) do quantitativo estimado de cabos. (Volume e diversidade de marcas e lotes: 30% é adequado.)

9.31.2.5. Item 33 – Luz de alta potência GL60 PLUS (6,3% do total): atestado(s) de fornecimento de mínimo 1 (uma) unidade. (Equipamento especializado para drones; mercado mais restrito)

9.31.2.6. Item 34 – CZI-TH4 (gancho de arremesso) (5,8% do total): atestado(s) de fornecimento de mínimo 2 (duas) unidades. (Acessório específico; 30% assegura experiência sem restringir competição.)

9.31.2.7. Item 35 – Zenmuse L2 (sensor LiDAR) (13,9% do total): atestado(s) de fornecimento de mínimo 1 (uma) unidade. (Alto valor e alta complexidade tecnológica)

9.31.3. Justificativa técnica da exigência (itens acima):

(i) Materialidade: cada item listado representa parcela $\geq 4\%$ do valor global estimado;

(ii) Risco/complexidade: percentuais calibrados conforme natureza do bem (consumo padronizado: 30%; tecnologia especializada de drones: 20%);

(iii) Proporcionalidade legal: limites e foco em quantitativo mínimo nos termos dos §§1º e 2º do art. 67 da Lei 14.133/2021.

9.31.4. Para os itens não contemplados no subitem 9.31.2, não será exigido quantitativo mínimo. Bastará atestado de aptidão para fornecimento de bens similares e de complexidade equivalente ou superior ao item, em consonância com o art. 67.

9.31.5. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.31.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.7. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 978.694,01 (novecentos e setenta e oito mil, seiscentos e noventa e quatro reais e um centavo)**, conforme custos unitários apostos na tabela 1.1 deste Termo de Referência.

10.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I - Gestão/Unidade: 200398;
- II - Fonte de Recursos: 1000;
- III - Programa de Trabalho: 172371;
- IV - Elemento de Despesa: 339030;
- V - Plano Interno: PF99ON9AG25;

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE VITOR DA SILVA MACEDO**, Agente de Polícia Federal, em 10/11/2025, às 12:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=143426609&crc=C4978B7B.

Código verificador: **143426609** e Código CRC: **C4978B7B**.